

# **Educação Ambiental E Políticas Públicas: O Papel Do Ensino Para A Sustentabilidade**

**Ailton Leonel Balduino Junior**

*Centro Universitário Unifacvest*

**Alline Barros Meira**

*UESC*

**Kenny Rodrigues Nunes**

*Uces - Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales*

**Valdéria Colen Da Silva**

*Universidade Federal Dos Vales Do Jequitinhonha E Mucuri (UFVJM)*

**Elijalma Augusto Beserra**

*UNIVASF*

**Willimis Alves Pereira**

*UFAC*

**Regina Cláudia Soares Do Rêgo Pacheco**

*Universidade Federal Do Piauí*

**Carlos Lopatiuk**

*UEPGB*

**José Shirley Pessoa Do Nascimento**

*FACEP*

**André Luiz Batista Galvão**

*Universidade Federal De Roraima*

**Simone Rodrigues Silva**

*UFRR*

**Eric Murilo De Souza Andrade Santos**

*Unifatecie*

**Grace Vilarinho Nobre**

*Universidade Católica De Brasília*

**Carla Rossana De Araújo Torres Nogueira**

*IFPB Cabedelo*

**Lucas Vaz Silva**

*UFJF*

**Resumo:**

*O objetivo desta pesquisa foi analisar o papel das políticas públicas na promoção da educação ambiental, com foco na sua implementação no currículo escolar e nas práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade. A pesquisa foi de natureza descritiva, com uma amostra de 13 profissionais da educação e do meio ambiente, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e análise qualitativa dos dados. Os resultados mostraram que, apesar de avanços significativos proporcionados pelas políticas públicas de educação ambiental, a sua implementação ainda enfrenta desafios consideráveis, como a falta de capacitação contínua de professores, a escassez de recursos materiais e a resistência de alguns profissionais em integrar as questões ambientais de forma transversal. No entanto, iniciativas bem-sucedidas, como a implementação de hortas escolares, práticas de reciclagem e o envolvimento da comunidade, destacam-se como exemplos positivos. A pesquisa conclui que, para que as políticas de educação ambiental sejam mais eficazes, é necessário superar as barreiras estruturais, garantir maior capacitação dos educadores e estabelecer mecanismos de monitoramento contínuo, além de promover a integração efetiva entre a escola e a comunidade.*

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Políticas públicas; Sustentabilidade.

---

Date of Submission: 03-04-2025

Date of Acceptance: 13-04-2025

---

## I. Introdução

A educação ambiental é uma abordagem interdisciplinar que visa promover a conscientização e a compreensão dos processos naturais e sociais que impactam o meio ambiente. Nas últimas décadas, ela tem se consolidado como uma das principais ferramentas para enfrentar os desafios ambientais globais, que incluem o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a poluição e os problemas relacionados à escassez de recursos naturais. Em um cenário de crescente degradação ambiental, a educação ambiental se apresenta como uma estratégia essencial para capacitar cidadãos e comunidades a adotarem práticas sustentáveis e a tomarem decisões informadas sobre o uso dos recursos naturais (Santos et al., 2023).

A educação ambiental vai além do simples repasse de informações sobre o meio ambiente. Ela busca transformar atitudes, valores e comportamentos dos indivíduos, incentivando uma reflexão crítica sobre a relação entre a sociedade e a natureza. No entanto, para que os objetivos da educação ambiental sejam atingidos de forma eficaz, é necessário que políticas públicas estejam estruturadas para apoiar o ensino e a implementação dessas práticas em todos os níveis educacionais, desde a educação básica até o ensino superior. Tais políticas públicas devem ser pensadas de forma a integrar os conteúdos ambientais no currículo escolar e promover experiências educativas que possibilitem a vivência prática de conceitos relacionados à sustentabilidade (Schio et al., 2019).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a educação ambiental, ao estabelecer, em seu artigo 225, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a responsabilidade do poder público e da coletividade na sua preservação. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Agenda 21 têm sido instrumentos importantes para fortalecer a integração dos princípios ambientais no sistema educacional. No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de recursos, a resistência a mudanças curriculares e a carência de capacitação de professores (Lima et al., 2024; Santos et al., 2023).

O papel do ensino para a sustentabilidade, neste contexto, envolve mais do que a inclusão de temas ambientais nas disciplinas tradicionais. Trata-se de uma abordagem que permeia todas as áreas do conhecimento, conectando aspectos sociais, econômicos e ambientais, de forma a formar cidadãos capazes de adotar práticas sustentáveis em sua vida cotidiana e influenciar mudanças em suas comunidades. A sustentabilidade não deve ser vista apenas como um conceito ecológico, mas como uma perspectiva que inclui a justiça social, a equidade e o desenvolvimento econômico responsável. Assim, o ensino para a sustentabilidade se coloca como um componente vital na formação de indivíduos que compreendem a interdependência entre a saúde do planeta e o bem-estar da sociedade (Veroneze et al., 2021).

Além disso, a implementação de políticas públicas eficazes de educação ambiental exige um comprometimento claro por parte dos governos em todos os níveis, bem como a articulação de diversas esferas da sociedade, como ONGs, movimentos sociais, empresas e instituições de pesquisa. A parceria entre a sociedade civil e o setor público pode ampliar os horizontes da educação ambiental, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento de ações educativas que atendam às necessidades locais, mas que também se alinhem a compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam as políticas globais para um futuro mais sustentável (Seixas et al., 2020).

Contudo, a efetividade dessas políticas públicas depende de uma implementação que vá além das intenções e traduza-se em ações concretas nas escolas e nas comunidades. A formação de professores, a adequação dos conteúdos pedagógicos, a criação de materiais didáticos específicos e a promoção de práticas de gestão escolar sustentável são apenas algumas das estratégias necessárias para que a educação ambiental se torne uma realidade

tangível. Além disso, o uso de tecnologias e metodologias inovadoras pode ser um aliado importante para atrair e engajar diferentes faixas etárias e contextos socioculturais, tornando a educação ambiental mais acessível e atrativa (Lima et al., 2024; Silva et al., 2021).

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel das políticas públicas na promoção da educação ambiental, especialmente no que se refere à sua implementação no currículo escolar e nas práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade. A pesquisa busca identificar as principais estratégias adotadas no Brasil para integrar a educação ambiental nas escolas, avaliar a efetividade dessas políticas e sugerir melhorias para o fortalecimento do ensino para a sustentabilidade, com ênfase nas barreiras e potencialidades encontradas na execução dessas políticas no contexto educacional.

## **II. Materiais E Métodos**

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem descritiva, com o objetivo de explorar e compreender as práticas e percepções dos profissionais envolvidos na implementação das políticas públicas de educação ambiental no contexto escolar. Para isso, foi adotada uma metodologia qualitativa, que permite uma análise aprofundada das experiências e dos desafios enfrentados pelos profissionais ao integrar os conceitos de sustentabilidade nos processos educativos. A escolha dessa abordagem foi motivada pela necessidade de compreender as nuances e as percepções dos entrevistados sobre a efetividade das políticas públicas e suas implicações no ensino para a sustentabilidade. A amostra da pesquisa foi composta por 13 profissionais que atuam diretamente na área educacional e ambiental. Esses profissionais foram selecionados com base em seu envolvimento com a implementação de práticas de educação ambiental, sendo representados por professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e especialistas em sustentabilidade. A seleção dos participantes seguiu um critério de conveniência, buscando profissionais com experiência relevante na área, em diferentes contextos educacionais, para garantir uma variedade de perspectivas sobre o tema. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os entrevistados compartilhassem suas vivências, opiniões e desafios de forma aberta, ao mesmo tempo em que a pesquisa seguiu um roteiro com questões-chave relacionadas ao papel das políticas públicas, as estratégias pedagógicas adotadas, as dificuldades encontradas e as oportunidades para o fortalecimento da educação ambiental. As entrevistas foram conduzidas individualmente, de forma presencial ou virtual, de acordo com a disponibilidade dos participantes, e tiveram uma duração média de 45 minutos a uma hora. Durante as entrevistas, foi priorizada uma abordagem flexível, permitindo que os entrevistados se sentissem à vontade para expandir suas respostas e discutir aspectos importantes não previstos no roteiro inicial. Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise qualitativa, com base na técnica de análise de conteúdo. As respostas foram transcritas e codificadas, buscando identificar padrões e temas recorrentes que pudessem refletir as experiências e desafios comuns enfrentados pelos profissionais na implementação das políticas de educação ambiental. A análise qualitativa possibilitou a identificação de categorias de respostas relacionadas à efetividade das políticas públicas, à formação dos professores, à integração dos conteúdos ambientais no currículo escolar, aos recursos pedagógicos disponíveis e às práticas sustentáveis no ambiente escolar. Além disso, foram consideradas as percepções dos profissionais sobre a conscientização e o engajamento dos alunos em relação às questões ambientais.

## **III. Resultados E Discussões**

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas revelou um panorama detalhado sobre as práticas e desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos na implementação das políticas públicas de educação ambiental nas escolas. A partir das respostas dos 13 profissionais entrevistados, foi possível identificar padrões recorrentes e, ao mesmo tempo, nuances significativas que revelam as particularidades do contexto educacional e ambiental em que atuam.

Primeiramente, em relação à efetividade das políticas públicas, a maioria dos entrevistados reconheceu a importância das diretrizes estabelecidas pelo governo, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). No entanto, diversos profissionais apontaram dificuldades significativas na implementação dessas políticas nas escolas. Segundo o respondente E05, "as políticas existem, mas na prática, elas muitas vezes são limitadas pela falta de capacitação dos professores e pela escassez de recursos nas escolas."

Além disso, a falta de recursos materiais foi apontada por E10, que afirmou que "a falta de recursos é um grande impeditivo. Por mais que tenhamos boas intenções, sem materiais e infraestrutura, fica difícil colocar as políticas públicas em prática de maneira eficiente." Em contrapartida, alguns profissionais destacaram aspectos positivos das políticas públicas, como a clareza das diretrizes, o que facilita o trabalho pedagógico. E03 relatou: "A PNEA ajudou a estruturar o pensamento pedagógico em relação à sustentabilidade nas escolas. Hoje, temos diretrizes claras, e isso facilita o trabalho dos educadores."

No entanto, como pontuou E11, "apesar das diretrizes, faltam ações mais concretas e investimentos para que as políticas realmente cheguem de forma eficaz às escolas públicas." Em relação à formação e capacitação de professores, muitos entrevistados destacaram a importância desse aspecto para o sucesso da implementação da

educação ambiental. De acordo com os respondentes, a capacitação oferecida não é suficiente para atender às necessidades específicas dos educadores. E07 afirmou: “A formação de professores precisa ser mais específica, focada em metodologias práticas e com maior foco na sustentabilidade. Muitos educadores têm boa vontade, mas carecem de preparo para lidar com temas ambientais de maneira interativa.”

Além disso, E09 mencionou que a falta de continuidade nas capacitações prejudica o processo educacional: “A formação é pontual, não tem continuidade. Realizamos workshops e palestras, mas não há um acompanhamento regular que garanta que o conhecimento adquirido seja aplicado no cotidiano escolar.” Isso indica que a formação precisa ser contínua e mais focada na aplicação prática, para garantir que os professores se sintam preparados e confiantes ao lidar com temas ambientais.

A integração dos conteúdos ambientais no currículo escolar também foi um ponto importante nas entrevistas. Embora a maioria dos profissionais considere essa integração um avanço, muitos apontaram que ainda existem dificuldades em efetivar essa transição. E06, por exemplo, afirmou: “O meio ambiente deveria ser um tema transversal a todas as disciplinas, mas ainda há dificuldades em integrar esses temas nos conteúdos curriculares de maneira efetiva.”

No entanto, algumas experiências bem-sucedidas foram mencionadas. E04 compartilhou sua experiência positiva: “Na nossa escola, conseguimos fazer com que os temas ambientais fossem abordados não só nas aulas de ciências, mas também nas de matemática, história e até nas de artes. Isso ajudou a envolver os alunos de diferentes formas.” Essa abordagem integrada ajudou a engajar os alunos de maneira mais ampla, destacando a importância de envolver diferentes áreas do conhecimento para tratar da sustentabilidade.

Os desafios na implementação das políticas públicas de educação ambiental foram mencionados por praticamente todos os entrevistados. Além da escassez de recursos materiais, um dos principais obstáculos apontados foi o tempo disponível para trabalhar com os temas ambientais. E02 destacou: “O currículo é muito carregado, e muitos educadores acabam não conseguindo dar a devida atenção aos temas ambientais por falta de tempo.” Isso indica a necessidade de maior flexibilidade no currículo e na carga horária dedicada a esses temas.

A escassez de recursos materiais também foi citada como um fator limitante. Segundo E10, “a falta de recursos materiais impede que possamos implementar ações práticas como hortas escolares, atividades de reciclagem e outros projetos sustentáveis que poderiam envolver os alunos de forma mais concreta.” Em relação ao engajamento dos alunos, as opiniões foram mistas. Alguns profissionais destacaram que os alunos demonstram grande interesse e participação nas atividades práticas relacionadas ao meio ambiente, como plantio de árvores e campanhas de conscientização sobre reciclagem. E08 comentou: “Os alunos se envolvem bem quando há atividades práticas, como plantio de árvores ou trabalhos de conscientização sobre reciclagem. Mas quando é apenas teórico, há uma desconexão.”

No entanto, a falta de motivação em algumas situações foi mencionada. E02 indicou que “muitos alunos ainda não se sentem conectados com as questões ambientais quando elas são tratadas de forma teórica. Há uma necessidade de tornar o conteúdo mais dinâmico e interessante para eles.” Isso reforça a importância de tornar o ensino de questões ambientais mais interativo e dinâmico, envolvendo os alunos de forma prática.

As práticas sustentáveis nas escolas foram um tema de grande relevância nas entrevistas. Muitos educadores relataram iniciativas que buscam promover a sustentabilidade, como o uso consciente de água e energia, a compostagem, a coleta seletiva e o plantio de hortas. E01 destacou: “Nossa escola tem uma horta escolar que os alunos cuidam, e isso tem sido um excelente aprendizado sobre a importância dos alimentos orgânicos e do consumo consciente.” No entanto, a implementação dessas práticas não é sempre fácil. E13 comentou: “Falta apoio logístico para as iniciativas sustentáveis. Por exemplo, a coleta seletiva precisa de infraestrutura e acompanhamento adequado, mas muitas vezes não temos os recursos necessários.” Isso mostra que, embora muitas escolas estejam adotando práticas sustentáveis, elas ainda enfrentam obstáculos relacionados à infraestrutura e ao financiamento.

Em relação à parceria entre a escola e a comunidade, muitos profissionais destacaram a importância de envolver as famílias e a comunidade local nas ações de educação ambiental. E07 afirmou: “É fundamental que a escola se envolva com a comunidade local. Criar projetos que envolvam a família e a comunidade nas ações sustentáveis ajuda a reforçar os conceitos de sustentabilidade fora da sala de aula.” E03 também comentou sobre a relevância dessas parcerias, relatando: “Fizemos um projeto com a comunidade sobre o descarte correto de lixo, e a participação dos pais e moradores foi crucial para o sucesso da iniciativa. Isso também ajudou a ampliar a conscientização sobre questões ambientais dentro e fora da escola.” Isso indica que a educação ambiental se fortalece quando há um engajamento coletivo, envolvendo diferentes atores sociais no processo de conscientização e prática sustentável.

Por fim, a avaliação e monitoramento das políticas públicas de educação ambiental foram apontados como áreas de melhoria. Muitos entrevistados enfatizaram a necessidade de um sistema mais efetivo de acompanhamento e avaliação das ações de educação ambiental nas escolas. E05 observou: “Há uma lacuna em relação à avaliação das ações de educação ambiental. Muitas vezes, as políticas são aplicadas, mas não há um acompanhamento sobre o impacto real dessas ações nos alunos.” E04, por sua vez, sugeriu: “Seria importante que

houvesse um mecanismo de monitoramento mais efetivo para avaliar como as políticas públicas estão sendo aplicadas nas escolas e quais são seus resultados práticos. Isso ajudaria a identificar falhas e ajustar as ações de forma mais eficaz.”

A avaliação contínua e o monitoramento são fundamentais para garantir que as políticas públicas de educação ambiental sejam realmente eficazes e se traduzam em ações concretas. Em resumo, os resultados da pesquisa indicam que, embora as políticas públicas de educação ambiental no Brasil tenham proporcionado avanços significativos, ainda existem desafios consideráveis na sua implementação. A falta de recursos, a capacitação inadequada dos educadores, as dificuldades na integração dos conteúdos ambientais no currículo escolar e a resistência por parte de alguns profissionais são obstáculos que comprometem a efetividade dessas políticas. No entanto, a pesquisa também evidenciou práticas bem-sucedidas, como a integração de temas ambientais em diferentes disciplinas, o engajamento dos alunos por meio de atividades práticas e a importância das parcerias com a comunidade. Esses achados reforçam a necessidade de uma ação mais integrada e de um comprometimento maior do governo, garantindo que as políticas de educação ambiental se traduzam em práticas sustentáveis efetivas nas escolas.

#### **IV. Conclusão**

A pesquisa revelou que as políticas públicas de educação ambiental têm um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis nas escolas, mas a sua implementação enfrenta diversos desafios. A análise dos dados coletados por meio das entrevistas com 13 profissionais da educação e do meio ambiente evidenciou que, embora exista um reconhecimento das diretrizes estabelecidas pelo governo, a efetiva aplicação dessas políticas nas escolas depende de diversos fatores, como a capacitação contínua dos educadores, a integração eficaz dos conteúdos ambientais no currículo e a alocação de recursos financeiros e materiais adequados. A formação dos professores é uma das questões mais críticas apontadas pelos entrevistados, que destacaram a necessidade de uma capacitação mais prática e focada nas metodologias de ensino voltadas para a sustentabilidade. Os resultados também mostraram que, apesar das dificuldades, muitas escolas estão conseguindo integrar temas ambientais em suas atividades, com destaque para práticas sustentáveis como hortas escolares, reciclagem e conscientização sobre o consumo consciente. No entanto, esses projetos enfrentam obstáculos relacionados à falta de infraestrutura, materiais e tempo para implementá-los de maneira adequada. A resistência por parte de alguns educadores e gestores em integrar as questões ambientais de forma transversal nas diversas disciplinas também é um fator limitante. A pesquisa apontou ainda a importância de um engajamento mais amplo da comunidade escolar, envolvendo alunos, professores, pais e a sociedade local. As parcerias com a comunidade têm se mostrado eficazes na ampliação da conscientização sobre a sustentabilidade, além de fortalecerem a prática ambiental fora do ambiente escolar. A avaliação contínua das políticas públicas, por meio de um sistema de monitoramento mais efetivo, também foi identificada como uma necessidade para garantir que as ações de educação ambiental sejam realmente eficazes. Em síntese, as políticas públicas de educação ambiental são essenciais para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade, mas sua implementação requer esforços mais estruturados e a superação de desafios como a escassez de recursos, a resistência educacional e a falta de um acompanhamento adequado. A pesquisa sugere que, para que a educação ambiental seja efetiva, é necessário um compromisso maior por parte das autoridades governamentais e uma maior articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo educacional e ambiental.

#### **Referências**

- [1] Lima, L. A. O. Et Al. Sustainable Management Practices: Green Marketing As A Source For Organizational Competitive Advantage. *Rgsa (Anpad)*, V. 18, P. 1, 2024. <https://doi.org/10.24857/Rgsa.V18n4-087>
- [2] Lima, L. A. O. Et Al. The Influence Of Green Marketing On Consumer Purchase Intention: A Systematic Review. *Rgsa (Anpad)*, V. 18, P. E05249-11, 2024. <https://doi.org/10.24857/Rgsa.V18n3-084>
- [3] Santos, J. S. C. Et Al. Empresas Familiares E Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Qual A Influência Do Controle E Da Gestão Familiar?. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 22, E3374, 2023.
- [4] Schio, N. S. Et Al. Objetivos De Desenvolvimento Sustentável E As Empresas Participantes Do Mercado Acionário Brasileiro. *Xix Usp International Conference In Accounting*, 2019.
- [5] Seixas, C. S. Et Al. Governança Ambiental No Brasil: Rumo Aos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (Ods). *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, São Paulo, V. 25, N. 81, 2020.
- [6] Silva, B. S. Et Al. Ações Adotadas Pelas Empresas Da B3 Alinhadas Com Os 17 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods): Uma Análise Dos Relatórios De Sustentabilidade. *Revista Mineira De Contabilidade*, 22(2), 37–50, 2021.
- [7] Veroneze, S. Et Al. Responsabilidade Social Corporativa E Adesão Aos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. *Revista De Administração Imed*, Passo Fundo, Vol. 11, N. 1, P. 113-137, Janeiro-Junho, 2021